



A FUNÇÃO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE GÊNERO

Cristiana Kaipper Dias¹

Resumo

Nos dias de hoje, muito se tem defendido a respeito da importância da educação para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Através do processo de ensino seria possível, então, desmontar alguns discursos que servem de base para práticas machistas, sexistas, homofóbicas, transfóbicas, racistas, para citar alguns eixos que causam enormes sofrimentos em diversos sujeitos sociais. Nesse sentido, a educação seria a melhor opção e a última esperança para a transformação social. No contexto brasileiro, entretanto, a instituição escolar não cumpre necessariamente esta função de desmonte de preconceitos. Pelo contrário, se mostra como uma das instituições sociais mais conservadoras, onde os preconceitos, ao invés de combatidos, são estruturados e reforçados. Este trabalho se propõe, portanto, a discutir o papel da escola na educação de gênero.

Palavras-chave: Educação; Gênero; Preconceito.

Introdução

Podemos começar esta apresentação nos perguntando sobre a função da instituição escolar na nossa sociedade atual. E a resposta a esta pergunta, ou as tentativas para tanto, já abrem diversas discussões e linhas distintas de argumentação. Começemos.

Segundo o historiador Philippe Ariès (1981), com o despontar da Modernidade os colégios se tornaram um lugar com a função de fornecer uma educação infantil e não abrangia a totalidade da população, mas basicamente as classes mais abastadas. Seria um modo de doutrinar os filhos das classes privilegiadas para que tivessem conhecimentos eruditos e morais.

Neste período, a educação era feita por religiosos que acreditavam na pureza das crianças, em contraposição à visão que se tinha sobre os adultos que, de uma forma geral, já

¹ Docente do colegiado de Psicologia da Unirb – Alagoinhas/BA. Email: criskaipper@hotmail.com



estariam todos contaminados e embebidos no mal e nos pecados do mundo. A educação, então, pretendia ser uma forma de salvar as almas infantis dos males da sociedade, trabalhando-as e afastando-as para que se mantivessem puras. A partir do século XVII, criam-se as escolas em regime de internato, justamente para limitar o contato das crianças com os adultos impuros (FERREIRA, 2010).

A função da educação neste período, portanto, encontrava-se no sentido da proteção moral e aperfeiçoamento do espírito dos indivíduos, para que se tornassem pessoas de bem, contribuindo assim para uma sociedade melhor. Desde então, a instituição escolar manteve, com maior ou menor força, esta função moralizante em relação aos infantes, uma vez que estes indivíduos em formação seriam responsáveis pelo futuro da vida em sociedade.

Com a evolução nas relações sociais que se estabelecem na Idade Moderna, a criança passa a ter um papel central nas preocupações da família e da sociedade. A nova percepção e organização social fizeram com que os laços entre adultos e crianças, pais e filhos, fossem fortalecidos. A partir deste momento, a criança começa a ser vista como indivíduo social, dentro da coletividade, e a família tem grande preocupação com sua saúde e sua educação. Tais elementos são fatores imprescindíveis para a mudança de toda a relação social. (ROCHA, 2002, p. 57)

Após a revolução industrial e toda a reestruturação social que ocorreu em decorrência desta, segundo Arthur Ferreira (2010), a instituição escolar teve sua função também transformada no tecido da sociedade. Com a economia baseada nas máquinas, a força da ciência cartesiana e do tecnicismo passou a significar avanço e prosperidade em todos os níveis. Esta nova forma de conduzir as coisas passou a dominar todos os campos da sociedade, inclusive a educação.

A instituição escolar passou a fazer parte desse novo projeto, sendo ressignificada. Tornou-se responsável não só por disciplinar os corpos desde pequenos, como também por ensinar a ciência e as técnicas necessárias para operar os novos aparatos tecnológicos que começaram a surgir a partir de então.

Desponta uma nova infância preconizada por Jean-Jacques Rousseau (1712-1778); sem o racionalismo moral suposto pelos religiosos reformadores, mas marcada pelo primitivismo e por uma evolução a se concluir na idade adulta. Evolução natural, mas que supõe a constante correção de seu trajeto na direção do adulto cidadão e trabalhador. (FERREIRA, 2010, p. 31)

A escola, então, passou a ter a função de transmitir os conhecimentos científicos, estes agora responsáveis pelo avanço da economia e da sociedade, adquirindo um caráter mais ou



menos laico em suas disciplinas. A questão da moral e dos valores religiosos voltou a ser responsabilidade primordial da família e das próprias instituições religiosas.

Com o aprofundar do capitalismo vimos a escola se universalizar e ganhar um papel de maior importância nas prioridades do estado, de modo a tornar-se obrigatória a matrícula de crianças em idade escolar em diversos países, como é o caso do Brasil.

Outra questão importante está relacionada com as revoluções feministas e a saída das mulheres para o mercado de trabalho. Nesse momento, a escola passa a cumprir também a função de ocupação das crianças enquanto ambos os pais estão trabalhando.

1 As Funções das Instituições Escolares em Contextos Atuais

Atualmente, é cada vez mais comum que as crianças passem período integral nas escolas, lugar onde ficam protegidas das cidades cada vez mais violentas, vigiadas e disciplinadas para sua progressiva e ostensiva docilização, recebem alimentação e, além dos conhecimentos disciplinares, uma formação mais ampla que inclui esportes, línguas e atividades artísticas. Vemos uma escola preocupada em desenvolver um raciocínio lógico e formal, e com a importante função de ocupar os jovens, já que as famílias são cada vez menores, o suporte social cada vez mais escasso, os pais cada vez mais ocupados.

Isto, obviamente, sem considerar as gritantes diferenças de classe, que podem ser resumidas em escolas públicas *versus* escolas privadas. A realidade das escolas públicas, na maioria das vezes, é um protótipo extremamente deficiente das escolas particulares. Tem-se o modelo de sucesso das escolas particulares como algo a ser copiado, mas sem os mesmos investimentos, sem a mesma estrutura. Professores mal pagos, estruturas precárias e a falta de materiais didáticos básicos marcam o ensino público, que quase sempre estará aquém do modelo perseguido. Neste caso, a função proposta da aprendizagem de conhecimentos técnicos, na maioria das vezes, não é sequer cumprida (SAMPAIO e GUIMARÃES, 2009).

Por outro lado temos propostas e formulações teóricas muito mais otimistas sobre a educação e o que se espera dela. Vygostky (2007), por exemplo, defendeu que a educação teria a função básica de introduzir um indivíduo em sua cultura, através da mediação de outros sujeitos mais experientes nesta mesma comunidade linguística. O desenvolvimento da



subjetividade seria, assim, um processo de apropriação simbólica dos signos culturais e valorativos da sua comunidade. A escola seria um lugar privilegiado para catalisar e aperfeiçoar este processo intersubjetivo, preparando as crianças para viver em sociedade.

Outras propostas, mais ligadas à ideias da complexidade ou holismo, os chamados Paradigmas Holonômicos, dão ênfase à função da educação como um modo de desenvolver as potencialidades intrínsecas de cada indivíduo, proporcionando que o mesmo possa se apoderar do que há de melhor em si e do mundo, vivendo a vida em sua plenitude (GADOTTI, 2000).

Essas perspectivas tendem a romper com a visão cartesiana e disciplinar da educação, acreditando no poder do processo de ensino enquanto catalisador das potencialidades humanas. Defendem a afetividade e a criatividade, dando ênfase em atividades práticas, artísticas e corporais, contato com a natureza, reintegrando assim os conhecimentos ao todo do qual fazem parte. Nesse sentido, temos nomes importantes como Edgar Morin, Rudolf Steiner e Leonardo Boff, apenas para citar alguns. Assim,

[...] os paradigmas holonômicos pretendem restaurar a totalidade do sujeito, valorizando a sua iniciativa e a sua criatividade, valorizando o micro, a complementaridade, a convergência e a complexidade. [...] Ao aceitar como fundamento da educação uma antropologia que concebe o homem como um ser essencialmente contraditório, os paradigmas holonômicos pretendem manter, sem pretender superar, todos os elementos da *complexidade da vida*. (GADOTTI, 2000, p. 5)

Estas últimas propostas educativas já fariam parte de uma crítica à educação tecnicista que ainda predomina na nossa sociedade atual. A função da escola sairia de um treinamento técnico para um desenvolvimento de todas as potencialidades, preparando o indivíduo não só para o mercado de trabalho, mas para a vida, para as relações interpessoais, para a felicidade individual e a ética social. Neste caso, a função da escola seria ampliada, e, mais uma vez, reformulada.

2 A função da Instituição Escolar na Educação de Gênero

O conhecimento tem presença garantida em qualquer projeção que se faça do futuro. Por isso há um consenso de que o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade da sua educação. Nesse contexto, as perspectivas para a educação são otimistas. A pergunta que se faz é: qual educação, qual escola, qual aluno, qual professor? (GADOTTI, 2000, p.3)



Dentro do contexto contemporâneo, a escola tem sido a grande aposta no sentido de mudança dos valores sociais. Creditou-se à instituição escolar e à educação de uma maneira geral, o poder de, através do conhecimento, esclarecer as mentes, acabar com os preconceitos e tornar os humanos seres com capacidade de compreender com clareza e amplitude as coisas à sua volta.

Neste sentido, questões como xenofobia, racismo, machismo, homofobia e etc., poderiam ser discutidas, amenizadas e até mesmo extintas, confrontando a ignorância ou desinformação inerente a algumas dessas ideias com conhecimento bem fundamentado. Por outro lado, sabemos que a informação pode ser usada para diversos fins, dependendo da interpretação que é dada para a mesma. E que sempre é possível encontrar argumentos razoáveis para a maioria das ideias, inclusive para o fascismo. Neste sentido, parece que o alcance da educação encontra muitos limites.

Assistimos a avanços, e vemos que muitas coisas que eram comuns há vinte ou dez anos atrás, hoje são completamente inaceitáveis. Ainda assim, esses avanços são muito lentos se comparados com o nível da discussão e dos debates que vemos em outros âmbitos sociais. Parece que na educação básica, o conservadorismo tem uma força muito maior que em outros contextos onde o diálogo é mais aberto. Especialmente face aos temas relacionados a gênero e sexualidade.

Não se trata apenas da proteção que é própria da relação entre crianças e adultos sobre determinados assuntos, e que respeitam a maturidade e capacidade de compreensão do seu período do desenvolvimento. É como se todo o preconceito ligado a estes temas, quando entramos na ceara da instituição familiar, ficassem escancarados. Por exemplo, vivíamos até pouco tempo com a sensação de que havia uma abertura e uma aceitação para novas formas de viver o gênero e de se relacionar sexual e afetivamente. De que novas identidades e práticas já poderiam habitar boa parte dos espaços sociais sem maiores problemas, especialmente nas metrópoles. Parecia que pais e filhos já estariam prontos para presenciar cenas de afeto entre casais, independentemente da orientação sexual. Mas com os acontecimentos recentes, com os novos discursos que ganham força especialmente na política e nas redes sociais, a impressão que fica é que esta abertura será muito mais difícil e dolorosa do que o que se esperava. O preconceito que era velado agora tornou-se explícito, a partir da ajuda das mídias sociais e a sensação de privacidade que elas proporcionam.



Com a força e visibilidade que os movimentos feministas adquiriram mais recentemente, bem como os grupos LGBT, as reações contrárias às conquistas de direitos desses setores tem mostrado sua cara e o teor dos seus argumentos. Se o “Kit gay” (como ficou conhecido) foi vetado quando estava para ser incluído nas políticas de educação nacionais, foi justamente para que ideias, imagens e práticas relacionados à homossexualidade não viessem contaminar as crianças das “famílias tradicionais”. Ainda sobre o Kit Anti-homofobia:

[...] a possibilidade real de difusão de um material dessa natureza, capaz de contribuir com a pluralização dos gêneros, isto é, capaz de contribuir com a produção de sentidos sobre gêneros e sexualidades que põem em risco a ordem sexual vigente, provocou a fúria dos fundamentalistas religiosos que tramam, tecem uma rede de intrigas e inverdades em torno do material. Uma das inverdades difundidas por esses sujeitos afirma que os vídeos que compõem o Kit informativo fazem apologia a homossexualidade. (SILVA, 2012, p.2).

No fundo, de uma maneira bem generalizada, a relação homossexual ainda é vista como suja, pecaminosa, algo que não deve ser visto “por menores de 18 anos”. A homossexualidade seria como uma doença contagiosa e perigosa, quase confundida com a própria AIDS, e sobre a qual se deve manter distância. Fazer “apologia” à relação entre pessoas do mesmo sexo, neste caso, seria como fazer apologia a um vício, a uma droga.

As discussões referentes ao lugar social da mulher, anteriores aos movimentos gays e com um alcance social bem mais generalizado, também receberam e recebem ainda muita resistência para mudar padrões enraizados. Vivemos momentos de otimismo quando foi possível à mulher progressivamente alcançar novos espaços sociais e transformar radicalmente suas perspectivas de vida e relações amorosas. Mas percebemos do mesmo modo o quanto ainda se precisa avançar quando, após várias décadas das primeiras revoluções feministas, vemos relações de gênero profundamente desiguais, o machismo como discurso predominante e incrustado em todo tecido social, limitando as possibilidades de emprego e renda das mulheres. Vemos mulheres sendo agredidas e fragilizadas, com mecanismos físicos, emocionais ou morais de dominação sobre sua vida, seu corpo, sua sexualidade. Os exemplos são infindáveis.

Assim, temos um modelo de família profundamente desigual, no qual as mulheres ainda são vítima de violência doméstica em proporções alarmantes. As mulheres saíram para o



mercado de trabalho, mas apenas a minoria dos homens divide o trabalho doméstico. As mulheres, apesar de atualmente serem arrimo de família na maioria dos lares, ainda são as responsáveis por todo trabalho com a casa e com os filhos.

É possível atestar como um projeto de dominação foi bem sucedido quando vemos os próprios sujeitos dessa dominação repetindo e reforçando os argumentos da cultura que os castiga. Todo um padrão de comportamento, de gostos, de hábitos são impostos a homens e mulheres por nossa cultura, com uma boa dose de cerceamento das liberdades femininas e com total contribuição das próprias mulheres. E este detalhe importa quando nos transportamos para o campo da educação.

Sabemos que grande parte dos professores primários é feminina; melhor dizendo, são professoras primárias. Isto já é uma informação de gênero sobre a nossa sociedade bastante significativa.

Numa pesquisa em que foi feita com alunas do curso de pedagogia e que já lecionam na educação infantil, Costa e Ribeiro (2011, p. 487) analisaram as respostas obtidas através de uma entrevista semiestruturada. A partir destas, concluem:

Todos esses discursos sobre relações de gênero e sexualidade nos levam a observar como essas instâncias ainda encontram respaldo nas diferenças biológicas, o que faz com que essas mulheres admitam características inatas ao sujeito masculino e ao sujeito feminino, como também uma só possibilidade de viver os desejos e as práticas sexuais, ou seja, a heterossexual. Tal prerrogativa ainda subsidia a maneira como se entendem como mulheres e profissionais da educação, no sentido de que suas condutas, tanto no espaço público como no privado, devem corresponder ao que é socialmente estipulado ao seu gênero.

Verificamos, portanto, que, em um processo de “acomodação” e “resistência”, as categorias “mulher” e “professora” se fundem. Tal associação “obscurece”, em certa medida, a atuação da professora como profissional da educação, uma vez que seu papel de educadora vai se mesclando com o de “segunda mãe” de seus/suas alunos/as.

É como se, de alguma forma, as moças solitárias, boazinhas, solícitas e dedicadas fossem cuidadosamente escolhidas para “cuidar” das crianças, por conta de sua vocação (LOURO, 2008). Assim, esta função materna exercida pelas educadoras com este perfil passa a ser um complemento da educação familiar.



Além disso, vigilância sobre o que é dito e ensinado nas escolas é cada vez maior, e a pressão que sofrem estas professoras é algo tão forte que as impede de arriscarem-se, ou saírem da fórmula que funciona bem para a conformação geral. As docentes são frequentemente confrontadas com os conteúdos ensinados (especialmente os ligados à sexualidade e papéis gênero) e atitudes tomadas em sala de aula, de modo que, talvez por isso, somente as professoras mais conservadoras consigam sobreviver tranquilamente nesse ambiente.

Ora, as formas adequadas de fazer, de meninos e meninas, homens e mulheres ajustados/as aos padrões das comunidades pressupõem uma atenção redobrada sobre aqueles e aquelas que serão seus formadores ou formadoras. De um modo muito especial, a professora mulher é alvo de preocupações. Para afastar de sua figura as "marcas" distintivas da sexualidade feminina, seus trajes e seus modos devem ser, na medida do possível, assexuados. Sua vida pessoal, além de irretocável, deve ser discreta e reservada. (LOURO, 2008, p. 106)

Então, o que observamos é que a educação não tem tido necessariamente o intuito de transformar valores e acabar com preconceitos. Nestes contextos, pelo contrário, temos a reprodução e até mesmo a produção dos próprios valores machistas, sexistas e homofóbicos que pretendíamos ver resolvidos.

Assim sendo, as crianças tem toda a liberdade para espelhar na escola os valores que recebem de casa, que geralmente estão consoantes com o conservadorismo patriarcal, criando um clima de exclusão e conseqüentemente os famosos *bullings* aos colegas que estão fora dos padrões aceitos pela maioria.

A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta e no campo da identidade e diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetros em relação ao quais as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais. (SILVA, 2007, p.83)

Nesse mesmo sentido, Foucault (2004, p. 152) afirma que esse poder normalizador tem como parte de suas operações:

Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a "natureza" dos indivíduos; Fazer funcionar, através dessa medida "valorizadora", a coação de uma conformidade a realizar. Enfim traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal (a "classe vergonhosa"). A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e



controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza homogenia, exclui.

Ainda que uma parte expressiva de educadores esteja buscando informação e transformação sobre questões de gênero e preconceitos de modo geral, ainda é uma área de mentalidades extremamente conservadoras, “normalizadoras”. É muito comum ouvirmos queixas de atitudes sexistas, homofóbicas ou racistas por parte dos professores, ou dos alunos com a conivência dos docentes. Dentro dessa conformação da nossa instituição escolar, ninguém protegerá as crianças *queer*.²

3 Perspectivas sobre a Educação de Gênero

É dentro do contexto escolar que a maioria dos jovens tem seu principal ambiente de socialização. Sobretudo nas áreas urbanas não-periféricas, onde a taxa de natalidade é cada vez menor e os altos índices de violência impedem que as crianças ocupem as ruas. Nesses espaços, frequentemente as opções de contatos com outras crianças são muito restritas. Temos então a família e a escola como os principais ambientes de interação e, portanto, de formação da identidade e construção subjetiva dos jovens.

Uma vez que a escola ocupa um papel tão central na socialização de crianças e jovens, temos um grande problema quando as construções de identidade são formadas a partir de valores que desconsideram e degradam as diversas possibilidades que constituem a experiência humana. Alunos e alunas acabam sendo expostos a experiências de humilhação e rebaixamento da auto-estima sempre que suas características ou experiências não correspondem ao que se considera valorizado em seu contexto cultural.

Richard Miskolci (2012) chama atenção para o quanto os preconceitos sobre os papéis de gênero são formados e reforçados nas escolas, engessando toda a possibilidade de identificações, brincadeiras e performances das crianças desde muito pequenas. Assim, toda a experiência do ser humano passa a ser orientada e adequada aos moldes do sistema de sexo e gênero, podendo possíveis identificações e expressões, matando a criatividade e

² Referência ao texto de Paul/Beatriz Preciado (2013), “Qui défend l’enfant queer?” (Quem defende a criança queer), que foi originalmente publicado em francês em:

http://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfant-queer_873947



espontaneidade do ser humano, construindo padrões disfuncionais e, por fim, causando enormes sofrimentos.

Por outro lado, o campo da educação também é conhecido por seu idealismo, e pela sua capacidade de, enquanto membros de uma sociedade, nos fazer sonhar e ter esperanças. Sob esse ponto de vista, é possível perceber mudanças substanciais no modo de vida das pessoas. Conseguimos também notar como os jovens da geração atual estão muito mais livres para exercer sua sexualidade e identificações de gênero que há dez anos. Isso provavelmente está relacionado ao trabalho que vem sendo feito pelos profissionais da educação. Sobre este assunto, Miskolci (2012, p.6) se apresenta otimista:

Ainda que nem todos os educadores estejam preparados para lidar com gênero, sexualidade, raça e outras diferenças no cotidiano escolar, é perceptível que eles já não mais as ignoram e elas pautam muito do que se passa dentro da escola. Este é um primeiro e importante passo para despertar o interesse sobre esses temas.

Então, talvez a educação esteja, de uma forma sutil, junto com os meios de comunicação e internet, servindo para construir verdadeiramente uma mudança. E estas transformações, apesar da nossa impressão contrária, parecem estar proporcionando de fato uma maior abertura e aceitação das diferenças em longo prazo. Algo que é perceptível, mas que atualmente ainda não é suficiente para proteger grande parte dos jovens de sofrimentos gerados por preconceitos de todos os tipos.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

COSTA, A.P.; RIBEIRO, P. Ser Professora, Ser Mulher: Um Estudo Sobre Concepções de Gênero e Sexualidade para um Grupo de Alunas de Pedagogia. **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.19, n.2, p.475-489, maio/ago., 2011.

FERREIRA, A.. O Múltiplo Surgimento da Psicologia. In: JACÓ-VILELA, A.M.; FERREIRA, A.; PORTUGAL, F.(org.). **História da Psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2012. p. 13-46.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.



GADOTTI, M. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MISKOLCI, R.. O Protagonismo dos Subalternizados. **Extra Classe**. Porto Alegre, p. 4-6, Agosto, 2012.

MISKOLCI, R.. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFPO, 2012.

PRECIADO, B. **Qui défend l'enfant queer?** Libération, 14.fev.2013. Disponível em: <http://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfant-queer_873947>. Acesso em 30 de Junho de 2016.

ROCHA, R.. História da Infância: reflexões acerca de algumas concepções correntes. **Analecta**. Guarapuava, Paraná, v. 3, nº 2, p. 51-63, jul./dez., 2002.

SAMPAIO, B.; GUIMARÃES, J.. Diferenças de eficiência entre ensino público e privado no Brasil. **Econ. aplic.**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 45-68, jan./março, 2009.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p.73-102.

SILVA, Z. Bafão do *kit gay*: análise do discurso da militância LGBT. **Estudos Feministas**, Bahia, jan./jun., 2012.

VIGOTSKI, L. **A Formação Social da Mente**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.